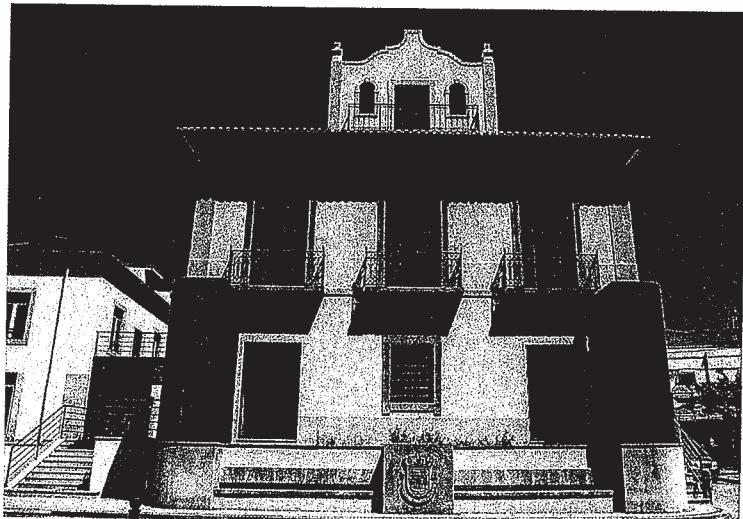


MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2017

Jay
JL OF



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

*Z
C
J
ef*

ÍNDICE

1. ENTIDADES INCLUIDAS NO PERIMETRO DA CONSOLIDAÇÃO	3
2. RECURSOS HUMANOS	6
3. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	7
4. ANALISE AO BALANÇO	10
5. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	13
6. SITUAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA	14
7. STOCK DA DIVIDA TOTAL	16

NOTA PRÉVIA

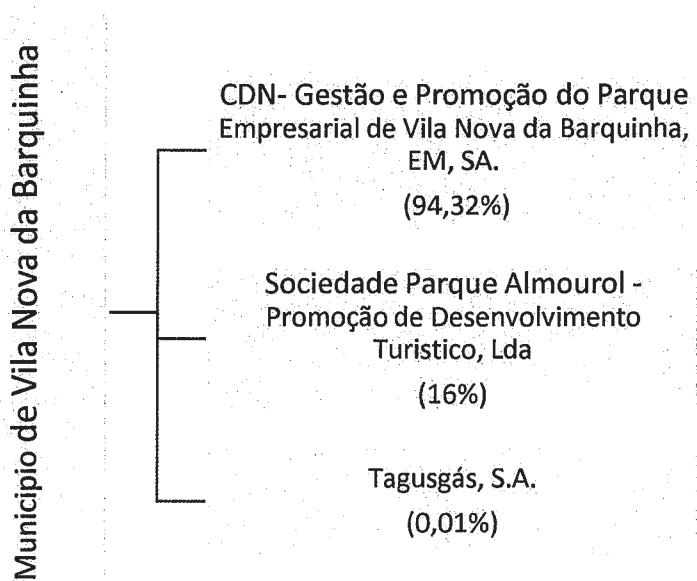
No cumprimento da alínea j) do nº 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2017, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
 - Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
 - Balanço Consolidado;
 - Demonstração de Resultados Consolidada;
 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas;
 - Outros Documentos.
- para que nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da referida Lei possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com a alínea I) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013.

*DO
CF
ST*

1. GRUPO MUNICIPAL

1.1. ORGANIGRAMA DO GRUPO MUNICIPAL



1.2. ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014, da Lei 73/2013 de 3 de setembro, que aprovou o novo regime financeiro das autarquias locais, as entidades incluídas no perímetro de consolidação, deixaram de ser apenas as empresas do setor empresarial local detidas a 100% (conforme estipulado na anterior Lei das Finanças Locais – Lei 2/2007, de 15 de janeiro), passando a ser as entidades controladas pelo Município. Nos termos da Lei 73/2013 é entendido como condição de controlo de entidades não empresariais, reunirem uma das seguintes condições: a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos

estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão. Com esta mudança, o CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, passou a partir de 2014 a ser incluída no perímetro da consolidação, pois apesar do seu Fundo Social não ser detido na totalidade pelo Município de Vila Nova da Barquinha (detém 94,32%), a autarquia possui a sua maioria e tem a faculdade de designar e destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão.



Grupo Municipal a Consolidar

CDN - Gestão e Promoção
do Parque Empresarial de
Vila Nova da Barquinha,
EM, SA

Município de Vila Nova da
Barquinha

CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, Em, S.A.

Empresa Municipal, constituída a 6 de julho de 2007, tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha e visa promover a competitividade das atividades económicas, explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento, privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de pólos

de aglomeração de atividades do Médio Tejo.

ÓRGÃOS SOCIAIS:

Assembleia Geral:

- Presidente – Luís Lopes
- 1º Secretário – Óscar Baptista
- 2º Secretário – Marina Honorio

Conselho de Administração:

- Presidente – Fernando Santos Freire
- Vogal – Rui Constantino Martins
- Vogal – Manuel Lourenço da Silva

1.3. ENTIDADES EXCLUIDAS NO PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Embora o artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro apenas se refira às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entendeu-se que o espírito da Lei seria de não incluir entidades em que a

participação do capital seja inferior a 50%, e, em que o Município não tenha poder de decisão ou controlo.

Assim foram excluídas da consolidação, as seguintes entidades:

PARQUE ALMOUROL – Promoção e Desenvolvimento Turístico Lda

A Sociedade foi constituída em 7 de novembro de 2000, tem por objeto a promoção, dinamização e desenvolvimento turístico, económico e social da zona ribeirinha entre Constância, Arripiado e Vila Nova da Barquinha, incluindo a construção de infraestruturas de apoio a atividades náuticas, turismo ativo, recreio e lazer,

aquisição de equipamentos, sua gestão e exploração, a gestão de concessões e a realização de eventos turísticos, culturais e sociais.

ORGÃOS SOCIAIS:

- Nerventur, SGPS
- Câmara Municipal de Constância
- Câmara Municipal de Chamusca
- Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

TAGUSGÁS – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA

A Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA, é a empresa distribuidora de gás combustível canalizado da área de concessão correspondente aos distritos de Santarém e Portalegre.

Tem como missão acelerar o crescimento do mercado de distribuição de Gás Natural nos distritos de Santarém e Portalegre, garantindo de forma eficiente, segura e competitiva a exploração, manutenção e desenvolvimento da rede de distribuição.

ÓRGÃOS SOCIAIS:

Assembleia Geral:

- Presidente – Câmara Municipal de Alcanena
- 1º Secretário – Câmara Municipal de Abrantes
- 2º Secretário – Câmara Municipal de Constância

Conselho de Administração:

- Presidente – José Carvalho
- Vogal – Miguel Henriques
- Vogal – Adelino Rodrigues
- Vogal – Gracinda Raposo
- Vogal – Gonçalo Batalha

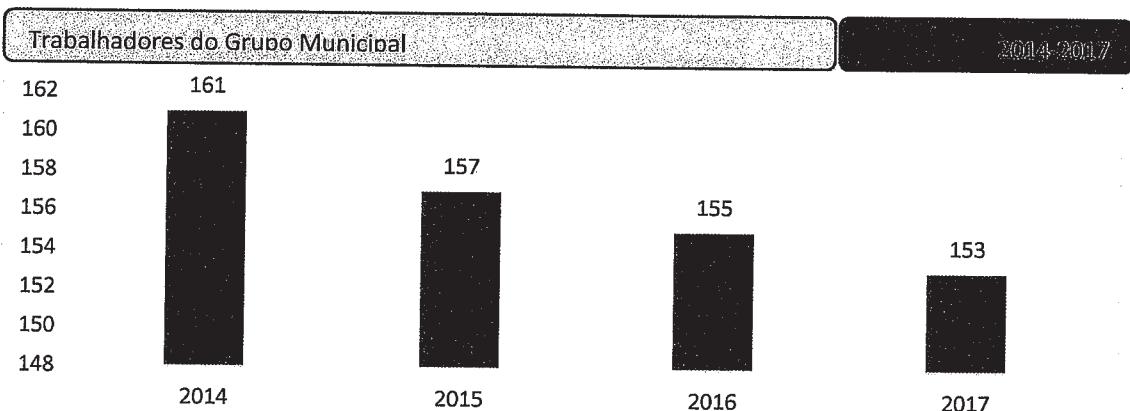
2014-2017

2. RECURSOS HUMANOS

2.1. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO GRUPO MUNICIPAL

No final de 2017 o Grupo Município possuía 153 trabalhadores, mais 8 que em 2014. Destes, 153 possuíam uma relação contratual direta com o Município, uma vez

que, o CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA., não detém qualquer trabalhador.



A 31 de dezembro de 2017 o Município de Vila Nova da Barquinha tinha ao serviço 153 trabalhadores, número no qual estão incluídos: 1 técnico superior em comissão de

serviço como chefe de divisão; e 152 trabalhadores do município.

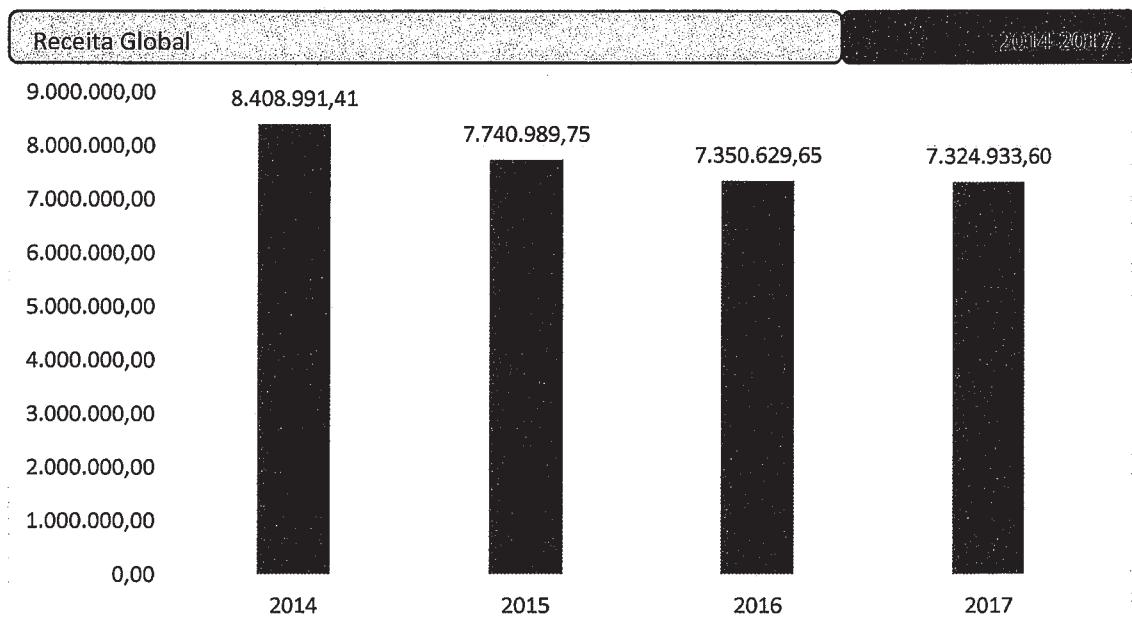
Não se incluem na análise os elementos dos gabinetes de apoio à presidência e da vereação.

JCF
ef
SA

3. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Na gerência de 2017, o total da receita arrecadada pelo Grupo Município de Vila Nova da Barquinha totalizou 7.324.934€. Depois de em 2014 se ter registado a maior cobrança de receita, desde que são apresentadas contas consolidadas pelo Grupo Município de Vila Nova da Barquinha, no ano de 2017 verificou-se uma diminuição de cerca de 0,35% face ao ano anterior. No entanto, comparando com 2014, regista-se uma taxa média de decrescimento anual, ao nível do quadriénio, de 4,45%. O decréscimo

de 2014 para 2017, justifica-se maioritariamente pela diminuição das Receitas com origem em Fundos Comunitários do Município de Vila Nova da Barquinha. Os baixos valores arrecadados ao nível desta fonte de receita, deve-se ao facto do Portugal 2020, que veio suceder ao QREN, como instrumento de gestão dos Fundos Comunitários, ainda se encontrar numa fase de arranque, como se comprova pela baixa taxa de execução financeira, que apresentava em 31-12-2017.



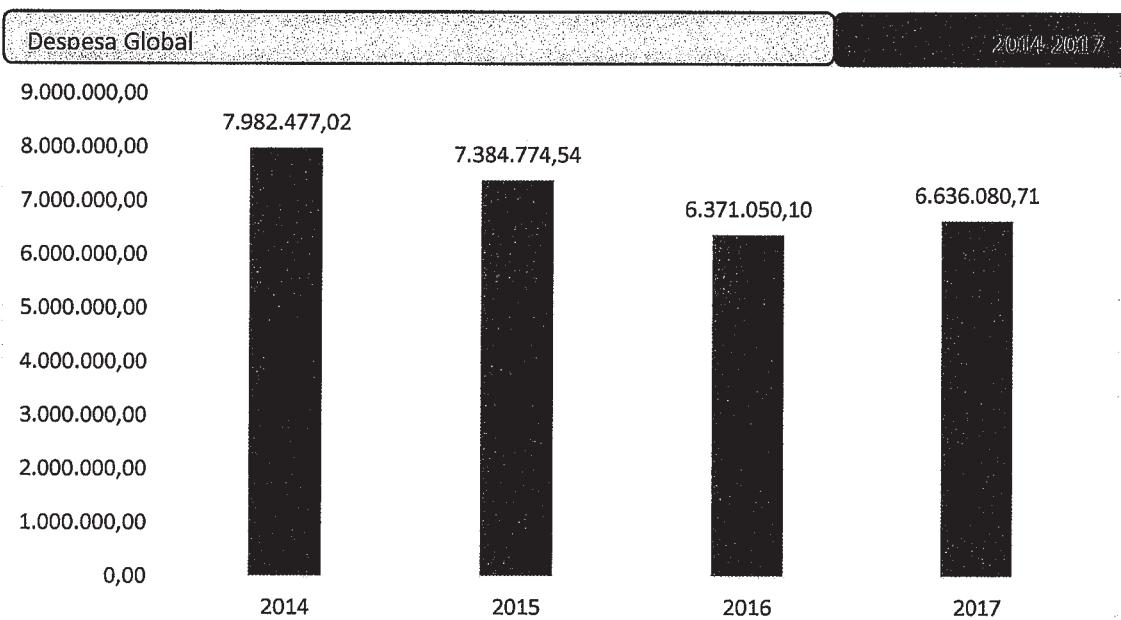
*M
ef
SA*

No ano de 2017 a Despesa Global do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha totalizou 6.636.081€.

A evolução da realização da despesa foi condicionado pela variação na arrecadação da receita, visto que da aplicação da regra do equilíbrio na execução do orçamento, a despesa está condicionada á angariação da receita. A Despesa do total do Grupo, registou um acréscimo da despesa, em 2017 face a 2016, em termos consolidados de 265.031€, dos quais 258.400€ pertencem ao Município de Vila Nova da Barquinha e

6.631€ ao CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA.

Deste modo, no final do ano de 2017, registou-se uma diferença entre Receita e Despesa de 688.853€ que transita para 2018 e poderá ser utilizado em despesa nesse ano. Esta Poupança Orçamental registada em 2017, dota o Grupo Município de Vila Nova da Barquinha, de meios financeiros para através dos Fundos Comunitários do Portugal 2020, aumentar a despesa municipal nos próximos anos.



O Equilíbrio Orçamental nos termos do POCAL dispõe por um lado, que as receitas devem cobrir todas as despesas e por outro, que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. O

cumprimento desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

No Grupo Município verificou-se no último quadriénio que as Receitas foram sempre superiores às Despesas. Ao nível da comparação entre Receitas e Despesas Correntes registou-se durante os últimos 4 anos uma Poupança Corrente, alcançando o valor mais elevado no ano de 2015 com

1.082.624€, representando uma taxa de crescimento médio anual no último quadriénio de -6,80%, refletindo uma evolução negativa na estrutura da execução orçamental, com uma diminuição do superavit corrente, para financiar o investimento.

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

RUBRICAS	2014	2015	2016	2017	Taxa Media Crescimento Anual 2014/2017
(1) RECEITAS CORRENTES	6.210.343,70	6.638.338,57	6.263.498,89	5.985.158,48	1,07%
(2) DESPESAS CORRENTES	5.623.161,60	5.555.714,98	5.423.849,45	5.494.220,16	0,76%
(1) - (2) POUPANÇA CORRENTE	587.182,10	1.082.623,59	839.649,44	490.938,32	-6,80%

A Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também estipula uma regra de equilíbrio corrente, que se encontra prevista no seu artigo 40º, definindo que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual á despesa corrente acrescida das

amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No exercício de 2017, a aplicação desta norma, traduziu-se num Saldo de Equilíbrio Orçamental do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha de 48.721€, cumprindo-se com elevada margem o limite legal.

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL – NOS TERMOS DAS FINANÇAS LOCAIS

RUBRICAS	2017
(1) RECEITAS CORRENTES	5.985.158,48
(2) DESPESAS CORRENTES	5.494.220,16
(3) AMORTIZAÇÕES DE EMPRESTIMOS MLP	442.217,46
(1) - (2) - (3) SALDO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	48.720,86

4. ANALISE AO BALANÇO

O Balanço mostra-nos a posição financeira e patrimonial do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha a 31-12-2017, Ativos,

Passivos e Fundos Próprios comparando-a com a do ano anterior.

	BALANÇO	2017	2016
Ativo		36.939.375,81	37.720.469,00
Ativo Fixo		34.554.235,17	35.256.963,58
Imobilizado		34.554.235,17	35.256.963,58
Bens do Domínio Público		7.312.766,09	7.893.919,52
Imobilizações Corpóreas		26.976.905,08	27.098.480,06
Investimentos Financeiros		264.564,00	264.564,00
Ativo Circulante		1.269.700,45	1.381.028,30
Existências		68.997,68	59.887,56
Dívidas de Terceiros		422.971,29	259.737,96
Disponibilidades		777.731,48	1.061.402,78
Acréscimos e Diferimentos		1.115.440,19	1.082.477,12
Fundos Próprios		21.044.679,75	21.227.297,65
Património		12.605.308,64	12.598.530,68
Ajustamentos de Partes de Capital		-14.769,72	-11.086,14
Reservas		206.025,48	174.116,58
Subsídios		1.303.949,95	1.303.949,95
Resultados Transitados		7.123.827,19	7.016.347,23
Resultados Líquidos		-184.976,10	141.860,60
Interesses Minoritários			
Participações CDN		5.314,31	3.578,75
Passivo		15.894.696,06	16.493.171,35
Provisões para riscos e encargos		347.926,00	346.435,69
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo		3.031.987,58	3.474.205,04
Dívidas a Terceiros - Fornecedores (Cauções e Ots)		10.681,39	10.681,39
Dívidas a Terceiros - Fornecedores		356.549,51	224.247,15
Dívidas a Terceiros - Estado e Outros Entes Públicos		103.997,42	100.723,53
Dívidas a Terceiros - Outros Credores		219.648,43	266.389,00
Acréscimos e Diferimentos		11.823.905,73	12.070.489,55

*D
M
of
D*

A análise á situação financeira do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha é condicionada principalmente pela situação do Município de Vila Nova da Barquinha, uma vez que é a entidade do grupo com maior dimensão, ao nível dos agregados financeiros e patrimoniais, devido a grande parte da atividade estar a ser operada diretamente por esta entidade.

Os Resultados de 2017 foram de - 184.976,10€, o que compara com 141.860,60€ obtidos em 2016.

No exercício de 2017 sobressai a redução do Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo, que diminuiu durante o ano 442.217,46€, sendo o fator determinante para a contração global do Passivo.

O montante de 10.681,39€ constante na rubrica do Balanço "Dívidas a Terceiros – Fornecedores (Cauções e OT's)" refere-se a cauções prestadas por fornecedores e de operações de tesouraria.

De acordo com o definido na Lei nº. 53/2014 de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (F.A.M.), os Municípios têm que contribuir com 50% do total do valor do F.A.M. ou seja com € 325.000.000. O Município de Vila Nova da Barquinha teve que subscrever 263.000,00€, este valor foi calculado nos termos do n.º 3 do art.º 17º da referida Lei 53/2014 e comunicado pela DGAL á autarquia. Nos termos do mencionado diploma, o montante tem que

ser realizado durante 7 anos tendo-se iniciado no ano de 2015 e terminará em 2021.

O montante de subscrição do F.A.M. encontra-se também registado no ativo, na rubrica de Investimentos Financeiros, juntamente com as participações do Município no capital da empresa CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, Parque Almourol e Tagusgás.

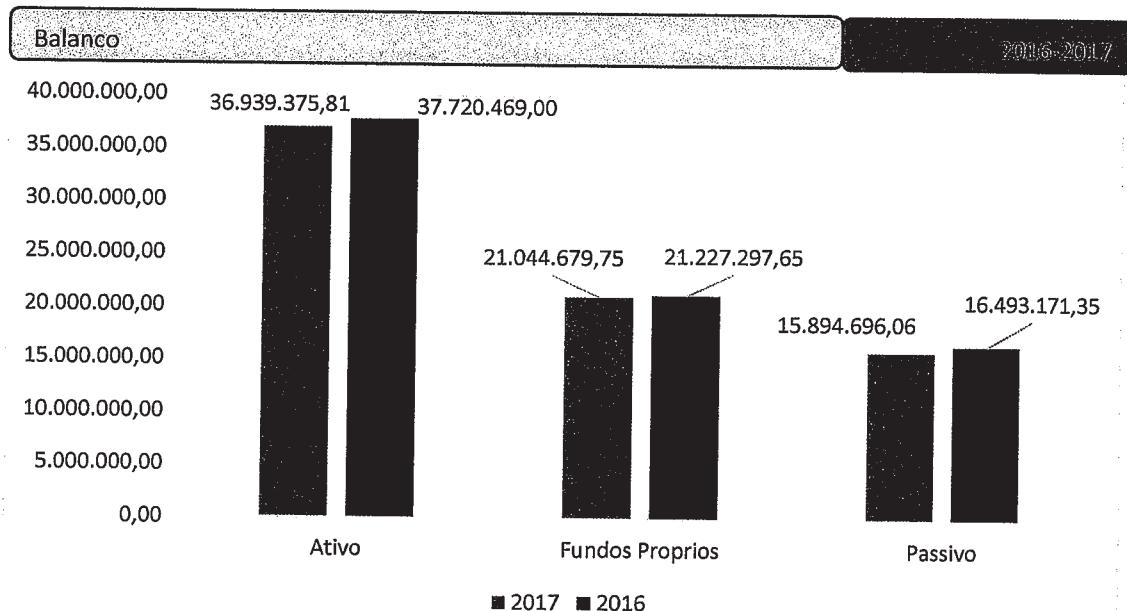
Os Bens e Direitos que compõem o Ativo do Grupo Município totalizavam no final de 2017 cerca de 34.554.235,17€ tendo este valor maioritariamente como origem, Fundos Próprios (21.044.679,75€) e não Passivos. O aumento das Provisões para Riscos e Encargos, inscritos no Passivo, justifica-se maioritariamente pela contabilização em 2017, por parte do Município de Vila Nova da Barquinha, de uma provisão no valor de 1.490,31€, com vista a acautelar o risco de um resultado das negociações desfavorável, relativo ao não pagamento de valores mínimos, à Empresa Parque Almourol, SA. A redução dos Acréscimos e Diferimentos, inscritos no Passivo, justifica-se maioritariamente pela diminuição em 2017 da arrecadação das comparticipações financeiras ao investimento municipal, relativos a subsídios comunitários. É de sublinhar que estes valores apesar de estarem inscritos no Passivo, não correspondem a nenhuma forma de dívida do Grupo Município de Vila

D
M
ef
JH

Nova da Barquinha, correspondendo apenas ao diferimento de proveitos.

O valor constante na rúbrica Interesses Minoritários diz respeito ao montante conjunto das participações, ajustada das alterações do capital próprio desta entidade, resultantes da sua atividade, totalizavam em 31-12-2017 cerca de -14.769,72€.

Conclui-se, que de 2016 para 2017 o valor dos bens e direitos do Grupo Município registou uma diminuição de 781.093,19€, os Fundos Próprios diminuíram em 182.617,90€, e registou-se uma redução global do Passivo de 598.475,29€.



5. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados permite uma análise dos fatores que contribuíram para o Resultado Líquido obtido no exercício,

dando uma visão sobre a situação económica do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha em 2017.

Resumo Demonstração de Resultados:	2017	2016
Resultados Operacionais: (A)	-316.727,18	-40.792,06
Resultados Financeiros: (B)	-26.208,16	-53.201,80
Resultados Correntes: (A) + (B)	-342.935,34	-93.993,86
Resultados Extraordinários: (C)	158.107,86	235.895,42
Imposto s/ Rendimento: (D)	148,62	40,96
Resultado Líquido do Exercício: (A) + (B) + (C) - (D)	-184.976,10	141.860,60

Os Proveitos Operacionais continuaram em 2017, tal como se verificou em 2016, a não ultrapassar, os Custos da mesma natureza, traduzindo-se em Resultados Operacionais de -316.727,18€.

Apesar da quebra dos custos com juros de 2016 para 2017, devido aos indexantes associados (Euribor a 3 e 6 meses), terem mantido no último ano a tendência de redução iniciada em 2014, atingindo novos mínimos históricos em 2017, os Resultados Financeiros diminuíram de 2016 para 2017 cerca de 26.993,64€.

Os Resultados Extraordinários registaram uma diminuição de 2016 para 2017, influenciada pela diminuição dos proveitos. O Resultado Líquido do exercício foi de -184.976,10€, que traduz alguma dificuldade da autarquia em gerar proveitos, para fazer face aos seus custos, e criar margem para continuar a consolidar o Investimento. O Resultado final do exercício foi influenciada pelos Resultados Operacionais e Extraordinários, e apesar do impacto positivo manteve-se negativo.

6. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

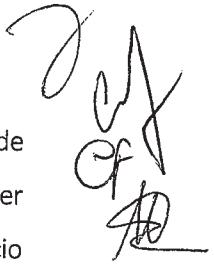
Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados

patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

	Indicadores	2017	2016
Rendibilidade Líquida do Ativo	<u>Resultado Líquido</u> Ativo	-0,50%	0,38%
Liquidez Geral	<u>Ativo Circulante</u> Passivo Exigível a Curto Prazo	122,23%	145,60%
Liquidez Imediata	<u>Disponibilidades</u> Passivo Exigível a Curto Prazo	74,87%	111,91%
Índice de Solvência	<u>Dividas a Terceiros</u> Ativo Total	1,84%	1,57%
Índice de Autonomia	<u>Fundos Próprios</u> Ativo Total	56,97%	56,28%
Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes	<u>Capitais Permanentes</u> Imobilizado Líquido	69,68%	70,06%

A Rendibilidade Líquida do Ativo, permite aferir da relação entre os Resultados Líquidos e o Ativo, bem como da relação entre custos e proveitos. O resultado deste rácio, indica que no exercício de 2017, no Grupo Município de Vila Nova da Barquinha, A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja

existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição para que não houvesse pagamentos em atraso o que originou os custos a serem maiores que os proveitos em cerca de -0,50% do Ativo, registando-se um decréscimo face a 2016, superior a 100%, significando nesse caso que não se aproximam situações de



dificuldades ao nível da tesouraria. É neste ponto que se encontra o valor do Grupo Município em 2017.

A Liquidez Imediata mede a existência no momento, de dificuldades de tesouraria. O Grupo Município tinha em disponibilidades cerca de 74,87%, do total das dívidas de curto prazo, sendo entendidas como dívidas de curto prazo, o valor a amortizar em 2018 de empréstimos de Médio e Longo Prazo, o valor a realizar do FAM em 2018 e as dívidas a fornecedores.

O Índice de Solvência indica a capacidade que a entidade tem, para com o ativo, fazer face aos compromissos assumidos. O valor de 1,84% traduz uma fraca dependência relativamente aos credores, logo a garantia do cumprimento das suas obrigações para com terceiros. O aumento deste rácio do Grupo Município em 2017, reflete o acréscimo do Passivo de 2016 para 2017.

A estrutura do financiamento da atividade do Grupo Municipal pode ser analisada,

através do Índice de Autonomia, que mede até que ponto a atividade está a ser financiada com capitais próprios, o rácio obtido de 56,97%, evidencia que nas iniciativas municipais o recurso a crédito de terceiros tem uma dimensão reduzida, em 2017.

A Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes evidencia o valor do imobilizado coberto pelos Fundos Próprios e do Recurso ao crédito junto da banca, bem como de terceiros com prazos superiores a 1 ano. O valor deste rácio 68,68%, revela que a larga maioria do investimento é efetuado sem recurso a crédito de terceiros.

O Grupo Município de Vila Nova da Barquinha possuía a 31-12-2017 uma posição financeira sólida, derivada de um bom grau de Autonomia face a credores, mesmo com o Resultado Líquido negativo de 184.976,10€.

*D
C
ef
St*

7. STOCK DA DIVIDA TOTAL

A 31-12-2017 a dívida a terceiros no Grupo Município de Vila Nova da Barquinha encontrava-se contabilizada sob a forma de: Empréstimos Bancários, créditos de Fornecedores e Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Do total da dívida a terceiros existente no final de 2017 pelo Grupo Município de Vila Nova da Barquinha (3.712.182,94€), a grande maioria encontrava-se sob a forma de Financiamento Bancário (3.031.987,58€), ou seja 82%.

O recurso a Empréstimos Bancários no caso do Município de Vila Nova da Barquinha foi uma fonte de financiamento complementar, às Receitas Próprias, aos Fundos Comunitários e á Venda de Bens de Investimento, no financiamento do Investimento.

Em 31 de dezembro de 2017 o Município de Vila Nova da Barquinha possuía dívidas a fornecedores no valor de 3.678.599,78€, e o

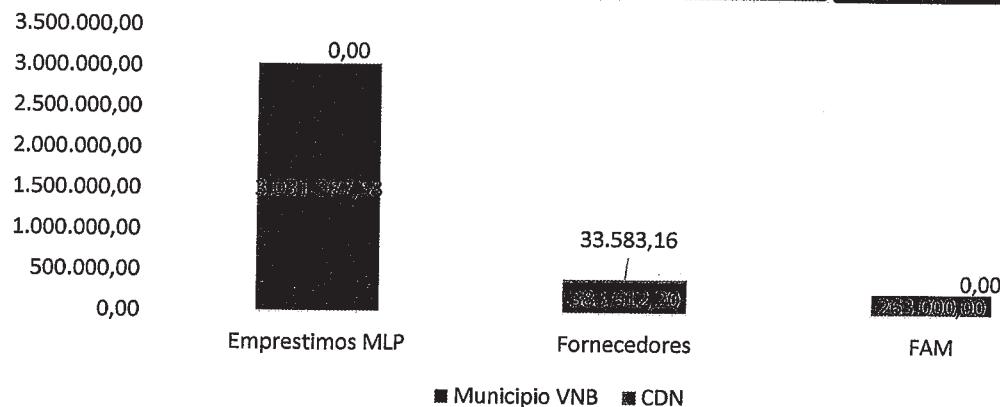
CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA o valor de 33.583,16€.

De acordo com o definido na Lei nº. 53/2014 de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (F.A.M.), os Municípios têm que contribuir com 50% do total do valor do F.A.M. ou seja com € 325.000.000. O Município de Vila Nova da Barquinha teve que subscrever 263.000,00€, este valor foi calculado nos termos do n.º 3 do art.º 17º da referida Lei 53/2014 e comunicado pela DGAL á autarquia. Nos termos do mencionado diploma, o montante tem que ser realizado durante 7 anos tendo-se iniciado no ano de 2015 e terminará em 2021.

Os montantes em dívida do FAM dizem respeito aos valores a pagar de 2018 a 2021.

Dividas a Terceiros

2017



MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2017

J
CJ
ef
JN



Centro de Negócios
Vila Nova da Barquinha



Centro de Negócios
Vila Nova da Barquinha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2017

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ADM
JF

1. ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

1.1. DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES

Fazem parte integrante do perímetro de consolidação, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), as entidades controladas pelo Município de Vila Nova da Barquinha a 31 de dezembro de 2017.

A consolidação do grupo Municipal estende-se, nos termos da presente lei, a todas as empresas locais, que nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integram o setor empresarial local.

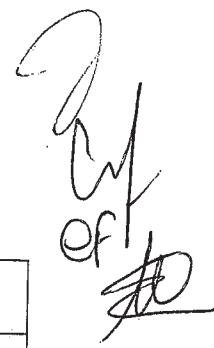
O Grupo do Município de Vila Nova da Barquinha, nos termos da Lei é composto pelas seguintes entidades:

Designação da Entidade	N.I.P.C	Sede Social	Proporção do Capital Detido			
			Capital	%	Valor nominal realizado	Motivos da Inclusão
Município de Vila Nova da Barquinha	506899250	Praça da Republica 2260-11 Vila Nova da Barquinha				Entidade-mãe obrigada a consolidação de contas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha EM, SA	508190460	Praça da Republica 2260-11 Vila Nova da Barquinha	150.000,00	94,32%	141.480,00	Municípios que, detenham empresas do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Em 2017, o valor total da participação financeira do Município de Vila Nova da Barquinha no CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, manteve-se no montante de 141.480,00€. Este valor resultou do valor do capital próprio, aquando da sua constituição, de 52.520,00€ em numerário e 78.720,00€ em espécie, através do lote de terreno cedido por este Município, no ano de 2007.

Ao valor inicial acresceu o montante de 10.240,00€, resultante do aumento de capital social, na sua participada pelo montante em capital, no ano de 2009.

1.2. ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



Entidade participada	N.I.P.C	Sede Social	Participação no final do exercício		
			%	Valor nominal realizado	Motivos da Exclusão
Tagusgás, SA	503956538	Rua Conde Da Ribeira Grande, Lt. 2, Zona Industrial Santarém Apartado 281	0,01%	1.535,00	Foram excluídas do perímetro de consolidação, porque a participação do Município de Vila Nova da Barquinha não é de controlo direto, de acordo com o n.º 3, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Sociedade Parque Almourol - Promoção de Desenvolvimento Turístico, Lda.	505154919	Pavilhão de Exposições da Nersant, Sala 5, Várzea de Mesiões 2350-433 Torres Novas	16,00%	34.000,00	
Águas do Centro, SA	505773333	Largo Dr. José Lopes Dias 6000-462 Castelo Branco	0,36%	86.470,00	
ADIRN - Associação Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte	502690267	Alameda Um de Março - Centro Comercial Templários - 3º andar 2300-431 Tomar	13,83%	7.500,00	
Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	Av. Marnoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	0,28%	4.258,16	
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo	502106506	Convento de São Francisco, Avº General Bernardo Faria 2304-909 Tomar	5,33%	3.026,16	
RESITEJO - Associação Gestão e Tratamento Lixos Medio Tejo	973767588	Rua Ferro de Engomar - ECO Parque do Relvão 2140-671 Carregueira	4,34%	0,00	

1.3. MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO UTILIZADOS:

Por força do normativo, é utilizados o método de consolidação:

Entidade detida com uma percentagem de 94,32% - Método de consolidação integral – reconhecimento dos interesses minoritários.

2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando as regras e critérios da empresa— mãe (Município), ou seja, de acordo com as normas previstas no POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

2.1. PRINCIPIOS CONTABILISTICOS

Com o objetivo das Demonstrações Financeiras consolidadas apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada, estas foram preparadas nos termos dos seguintes princípios contabilísticos:

- Relevância e materialidade;
- Fiabilidade;
- Neutralidade;
- Plenitude;
- Representação fidedigna da informação.

2.1.1. Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Não existem.

2.1.2. Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respectivas razões e dos seus efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados.

Não existem.

2.1.3. Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do fato de se tratar ou não de uma alteração significativa

Não existem.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1. Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações reciprocas

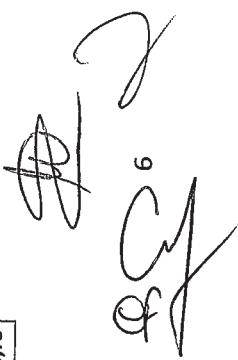
Os mapas auxiliares de consolidação do Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados, constam em anexo:

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação			Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado (6)=(3)+(4)-(5)		
		CMVNB (1)	CDN (2)	Total (3)=(1)+(2)	Debito (4)	Credito (5)			
Imobilizado									
Bens de domínio público									
451	Terrenos e recursos naturais	188.204,37	0,00	188.204,37	0,00	0,00	188.204,37		
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
453	Outras construções e infra-estruturas	12.223.232,60	0,00	12.223.232,60	0,00	0,00	12.223.232,60		
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
445	Imobilizações em curso	182.079,05	0,00	182.079,05	0,00	0,00	182.079,05		
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
485	Reintegração acumulada de bens do domínio publico	-5.280.749,93	0,00	-5.280.749,93	0,00	0,00	-5.280.749,93		
		7.893.919,52	0,00	7.312.766,09	0,00	0,00	7.312.766,09		
Imobilizações incorpóreas									
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
483	Reintegração acumulada de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Imobilizações Corpóreas									
421	Terrenos e recursos naturais	7.379.033,10	78.720,00	7.457.753,10	0,00	0,00	7.457.753,10		
422	Edifícios e outras construções	21.177.971,25	0,00	21.177.971,25	0,00	0,00	21.177.971,25		
423	Equipamento básico	1.084.131,14	0,00	1.084.131,14	0,00	0,00	1.084.131,14		
424	Equipamento de transporte	768.790,56	0,00	768.790,56	0,00	0,00	768.790,56		
425	Ferramentas e utensílios	41.489,05	0,00	41.489,05	0,00	0,00	41.489,05		
426	Equipamento administrativo	514.791,51	2.395,00	517.186,51	0,00	0,00	517.186,51		
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
429	Outras imobilizações corpóreas	34.289,51	11.712,00	46.001,51	0,00	0,00	46.001,51		
442	Imobilizações em curso	1.834.610,31	0,00	1.834.610,31	0,00	0,00	1.834.610,31		
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
482	Reintegração acumulada de imobilizações corpóreas	-5.936.921,35	-14.107,00	-5.951.028,35	0,00	0,00	-5.951.028,35		
		27.098.480,06	78.720,00	26.976.905,08	0,00	0,00	26.976.905,08		
Investimentos Financeiros									
411	Partes de capital	109.303,88	0,00	109.303,88	33.711,12	141.480,00	1.535,00		
412	Obrigações e títulos de participação	263.029,00	0,00	263.029,00	0,00	0,00	263.029,00		
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
49	Ajustamentos de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		372.332,88	0,00	372.332,88	33.711,12	141.480,00	264.564,00		

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidado			Correções de Consolidação	Grupo Municipal Consolidado
		CMVNB (1)	CDN (2)	Total (3)=(1)+(2)		
	Circulante					
	Existências					
36	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	68.997,68	0,00	68.997,68	0,00	0,00
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Ajustamentos de existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)					
	Dívidas de terceiros - Curto prazo					
28	Emprestimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	177.175,10	80.130,45	257.305,55	0,00	0,00
212	Contribuintes, c/c	94.906,22		94.906,22	0,00	94.906,22
213	Utentes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	59.786,40	0,00	59.786,40	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
261,9	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	27.493,50	22.584,68	50.078,18	0,00	0,00
264	Administração autárquica	0,00	413,99	413,99	0,00	413,99
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	52.203,48	0,00	52.203,48	0,00	52.203,48
291	Provisões cobranças duvidosas	-51.413,94	-40.308,59	-91.722,53	0,00	-91.722,53
	Títulos negociáveis					
	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Ajustamentos de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação			Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado (6)=(3)+(4)-(5)
		CMV/NB (1)	CDN (2)	Total (3)=(1)+(2)	Debito (4)	Credito (5)	
12	Depósitos em instituições financeiras e caixa	767.753,06	9,53	767.762,59	0,00	0,00	767.762,59
11	Depósitos em instituições financeiras Caixa	3.677,01	6.291,88	9.968,89	0,00	0,00	9.968,89
		771.430,07	6.301,41	777.731,48	0,00	0,00	777.731,48
271	Acréscimos e diferimentos	1.111.074,25	0,00	1.111.074,25	0,00	0,00	1.111.074,25
272	Acréscimos de proveitos Custos diferidos	4.365,94	0,00	4.365,94	0,00	0,00	4.365,94
		1.115.440,19	0,00	1.115.440,19	0,00	0,00	1.115.440,19
	TOTAL DO ATIVO	36.899.302,75	147.841,94	37.047.144,69	33.711,12	141.480,00	36.939.375,81

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação			Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado (6)=(3)+(4)-(5)
		CMV/NB (1)	CDN (2)	Total (3)=(1)+(2)	Debito (4)	Credito (5)	
51	Fundos próprios	12.605.308,64	150.000,00	12.755.308,64	0	150.000,00	12.605.308,64
55	Patrimônio	-79.658,76	0	-79.658,76	79.244,64	14.355,60	-14.769,72
56	Ajustamento de partes de capital em empresas Reservas de reavaliação	0	0	0	0	0	0,00
571	Reservas legais	206.025,48	1.849,98	207.875,46	0	1.849,98	206.025,48
572	Reservas estatutárias	0	0	0	0	0	0,00
573	Reservas contratuais	0	0	0	0	0	0,00
574	Reservas livres	0	0	0	0	0	0,00
575	Subsídios	1.303.949,95	0	1.303.949,95	0	0	1.303.949,95
576	Doações	0	0	0	0	0	0,00
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	0	0	0	0	0	0,00
59	Resultados transitados	7.187.581,86	-38.316,81	7.149.265,05	52.672,41	78.110,27	7.123.827,19
88	Resultado líquido do exerdício	-186.421,09	725,61	-185.695,48	719,38	0	-184.976,10
266	Obracionistas	0	0	0	5.355,52	0	5.355,52
817	Interesses minoritários	0	0	0	41,21	0	-41,21
	Total dos fundos próprios/capitais próprios	21.036.785,08	114.258,78	21.151.044,86	137.991,95	244.357,06	21.044.679,75



 0026

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidado			Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado (6)=(3)+(4)-(5)
		CMVNB (1)	CDN (2)	Total (3)=(1)+(2)	Debito (4)	Credito (5)	
292	Provisões para riscos e encargos	347.926,00	0,00	347.926,00	0,00	0,00	347.926,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	347.926,00	0,00	347.926,00	0,00	0,00	347.926,00
2312	Dívidas a instituições de crédito	3.031.987,58	0,00	3.031.987,58	0,00	0,00	3.031.987,58
	Dívidas a terceiros - Curto prazo	3.031.987,58	0,00	3.031.987,58	0,00	0,00	3.031.987,58
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	7.487,89	17.333,16	24.821,05	0,00	0,00	24.821,05
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	219.389,84	0,00	219.389,84	0,00	0,00	219.389,84
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	10.681,39	0,00	10.681,39	0,00	0,00	10.681,39
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	112.338,62	0,00	112.338,62	0,00	0,00	112.338,62
24	Estado e outros entes públicos	103.997,42	0,00	103.997,42	0,00	0,00	103.997,42
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros credores	219.648,43	0,00	219.648,43	0,00	0,00	219.648,43
	Acréscimos e diferimentos	673.543,59	17.333,16	690.876,75	0,00	0,00	690.876,75
273	Acréscimos de custos	414.038,28	16.250,00	430.288,28	0,00	0,00	430.288,28
274	Proveitos diferidos	11.393.617,45	0,00	11.393.617,45	0,00	0,00	11.393.617,45
	Total do Passivo	15.861.112,90	33.583,16	15.894.696,06	0,00	0,00	15.894.696,06
	Total dos fundos próprios/capitais próprios e do passivo	36.897.898,98	147.841,94	37.045.740,92	137.991,95	244.357,06	36.939.375,81

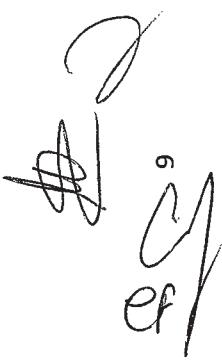
He
Eg

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação			Correções de Consolidação			Grupo Municipal Consolidado (6)=(3)+(4)-(5)
		CM/NB (1)	CDN (2)	Total (3)=(1)+(2)	Debito (4)	Credito (5)		
	Custos e Perdas							
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	57.893,09	0,00	57.893,09	0,00	0,00	57.893,09	
62	Fornecimentos e serviços externos	2.422.058,99	38.075,91	2.460.134,90	0,00	0,00	2.460.134,90	
641+642	Custos com o pessoal:							0,00
643 a 648	Remunerações	2.092.493,26	0,00	2.092.493,26	0,00	0,00	2.092.493,26	
63	Encargos sociais	624.089,25	0,00	624.089,25	0,00	0,00	624.089,25	
66	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	40.589,57	0,00	40.589,57	0,00	0,00	40.589,57	
67	Amortizações do exercício	1.091.665,15	1.171,20	1.092.836,35	0,00	1.403,78	1.091.432,57	
65	Provisões do exercício	16.988,56	0,00	16.988,56	0,00	0,00	16.988,56	
68	Outros custos e perdas operacionais	45.440,84	259,66	45.700,50	0,00	0,00	45.700,50	
69	(A) Custos e Perdas Operacionais	6.751.218,71	39.506,77	6.790.725,48	0,00	1.403,78	6.789.321,70	
88	Custos e perdas financeiras	46.926,21	0,00	46.926,21	0,00	0,00	46.926,21	
	(C) Custos e Perdas Correntes	6.798.144,92	38.377,06	6.743.799,27	0,00	1.403,78	6.836.247,91	
	(E) Custos e Perdas do Exercício	228.872,73	0,00	228.872,73	0,00	3.000,00	225.872,73	
	Custos Totais	6.840.596,56	37.651,45	6.700.622,02	0,00	-2.315,60	6.875.705,78	

The image contains two handwritten signatures in black ink, one above the other, located in the top right corner of the page.

8

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação			Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado (6)=(3)+(4)-(5)
		CMVNB (1)	CDN (2)	Total (3)=(1)+(2)	Debito (4)	Credito (5)	
Vendas e prestações de serviços:							
7111	Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7112-7113	Vendas de produtos	326.534,17	0,00	326.534,17	0,00	0,00	326.534,17
712	Prestações de serviços	452.557,51	37.041,00	489.598,51	0,00	0,00	489.598,51
72	Impostos e taxas	1.567.415,55	0,00	1.567.415,55	0,00	0,00	1.567.415,55
Variação da produção							
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Transferências e subsídios obtidos	4.089.046,29	3.000,00	4.092.046,29	0,00	3.000,00	4.089.046,29
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(B) Proveitos e ganhos Operacionais							
78	Proveitos e ganhos financeiros	6.435.553,52	40.041,00	6.475.594,52	0,00	3.000,00	6.472.594,52
79	(D) Proveitos e Ganhos Correntes	20.718,05	0,00	20.718,05	0,00	0,00	20.718,05
	Proveitos e ganhos extraordinários	6.456.271,57	40.041,00	6.496.312,57	0,00	0,00	6.493.312,57
	(F) Proveitos Totais	383.640,59	340,00	383.980,59	0,00	0,00	383.980,59
		6.839.912,16	40.381,00	6.880.293,16	0,00	0,00	6.877.293,16



9

D
J
Oy
OP

Correções de Consolidação				
Descrição	Contas a Débito	Valores Débito	Contas a Crédito	Valores Crédito
Eliminação dos Investimentos Financeiros na conta 41 da CMVNB relativamente à participação no Capital Social do CDN	51. Património 571. Reservas Legais 817. Interesses Minoritários 784. Outros Ganhos 411. Partes de Capital	141.480,00 8.520,00 1.744,90 105,08 41,21 684,40 33.711,11	411. Partes de Capital 59. Resultados Transitados 266. Obrigacionistas 553. Outras variações nos capitais próprios	141.480,00 35.006,05 3.310,76 5.355,52 1.134,37
Total		186.286,70		186.286,70
Eliminação dos custos e proveitos entre o Grupo Municipal	553. Outras variações nos capitais próprios	14.355,60	59. Resultados Transitados	14.355,60
Total		14.355,60		14.355,60
Eliminação dos movimentos de ajustamento de partes de capital em empresas	59. Resultados Transitados	78.110,27	551. Ajustamento de partes de capital em empresas	78.110,27
Total		78.110,27		78.110,27
Eliminação do Subsídio à Exploração	748. Transferências e subsídios obtidos	3.000,00	691. Custos e Perdas Extraordinárias	3.000,00
Total		3.000,00		3.000,00
Total de Movimentos		279.947,94		279.947,93

3.2. Discriminação da rubrica “Diferenças de Consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados

O método de consolidação utilizado é o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa da entidade consolidante com os elementos respetivos dos Balanços, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa das entidades consolidadas.

Foi adotado o Método de Consolidação Integral, pelo fato da entidade-mãe, Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, ter contabilizado na sua conta patrimonial 41-Investimentos Financeiros, o valor da participação dos capital próprios no CDN- Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM,SA.

Procedeu-se à anulação pelo Método de Equivalência Patrimonial da participação do CDN: Anulação dos Ativos por resultados transitados.

Foram anulados os saldos entre a Empresa e o Município, as transferências de fundos e as compras e vendas entre elas.

3.3. Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Não existem.

3.4. Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado

Não existem.

J
CJ
EF
JD

3.5. Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação

Não existem.

3.6. Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinam

Não existem.

3.7. Indicação dos casos excepcionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização

Não existem.

3.8. Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto á contabilização das participações em entidades de natureza empresarial

Não existem.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

4.1. Descrição do Endividamento Consolidado de Médio e Longo Prazo, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o mapa seguinte:

Código/Designação de Contas	Dividas a Terceiros de Medio / Longo prazos			Eliminação de créditos / dívidas reciprocas	Grupo Publico Consolidado
	CMVNB	CDN	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
2312- Empréstimos Obtidos MLP	3.031.987,58	0,00	3.031.987,58	0,00	3.031.987,58
Total	3.031.987,58	0,00	3.031.987,58	0,00	3.031.987,58

4.2. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado e que se vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica do Balanço Consolidado

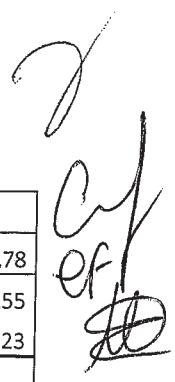
	Entidade Bancária	Designação	Capital Utilizado	Capital em Dívida em 31/12/2017
	Caixa Geral de Depósitos	Financiamento de investimentos diversos	748.196,85	74.593,05
	Banco BPI, SA	Aquisição de terrenos	374.098,42	66.979,15
	Banco BPI, SA	Acessos ao castelo de Almourol	122.544,54	37.444,11
	Banco BPI, SA	Reabilitação de arruamentos zona antiga moita norte	250.000,00	63.185,00
	Banco BPI, SA	Transformação em arruamento da em 540	264.663,26	80.869,25
	Caixa Geral de Depósitos	Piscina exterior de 25 metros	491.163,00	168.140,84
	Caixa Geral de Depósitos	Requalificação EN 358-1 praia ribatejo	350.000,00	114.547,44
	Banco BPI, SA	Rampas e Cais da Frente Marginal	105.000,00	31.922,44
	Banco BPI, SA	Centro Náutico Vila Nova Barquinha	205.000,00	68.274,41
	Caixa Geral de Depósitos	Edifício paços do concelho - serviços camarários	200.000,00	25.900,98
	Banco Espírito Santo, SA	Parque Urbano de Vila Nova da Barquinha - 2ª Fase	200.000,00	77.789,44
	Banco Comercial Português, SA	Financiamento de diversos projetos	450.000,00	141.346,61
	Banco BPI, SA	Aquisição de Terrenos	125.000,00	49.192,80
	Caixa Geral de Depósitos	Reabilitação de estradas e arruamentos do concelho	400.000,00	196.385,98
	Banco BPI, SA	Centro escolar de vila nova da barquinha	897.249,00	655.304,04
	Banco BPI, SA	Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha	402.751,00	294.157,12
	Banco BPI, SA	Pré-Primária de Moita do Norte	85.000,00	61.088,03
	Banco BPI, SA	Arrelvamento do campo de futebol de atalaia	175.000,00	103.722,86
	Banco BPI, SA	Reabilitação da Ex Estrada EN3	250.000,00	168.981,86
	Instituto Hab. e Reabilitação Urbana	Aquisição de 7 habitações	104.065,00	76.855,57
CMVNB	Dir. Geral do Tesouro e Finanças	PAEL	731.491,04	475.306,60
CDN	-----	-----	6.931.222,11	3.031.987,58
		Total	0,00	0,00
			6.931.222,11	3.031.987,58

5. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS FINANCEIROS E FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

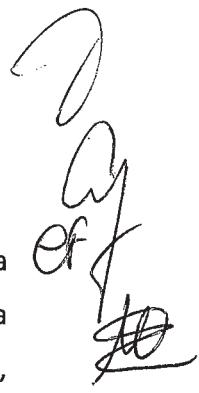
5.1. Descrição dos Saldos e dos Fluxos Financeiros, desagregada por tipo:

Tipo de Fluxos	Município Vila Nova da Barquinha / CDN		
	Obrigações / Pagamentos	Direitos / Recebimentos	Saldo Final
Operações de Capital	1.141.860,55	360.195,57	-781.664,98
Operações Correntes	5.494.220,16	5.985.158,48	490.938,32
Operações de Tesouraria	498.914,49	505.969,85	7.055,36
Caixa no início do período			1.061.402,78
Variação de Caixa			-283.671,30
Caixa no fim do período			777.731,48

5.2. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado



Designação	Fluxos Iniciais	Operações Internas	Fluxos Consolid.
<u>Saldo Inicial</u>	1.061.402,78	0,00	1.061.402,78
Execução Orçamental	979.579,55	0,00	979.579,55
Operações de Tesouraria	81.823,23	0,00	81.823,23
<u>Operações de Capital</u>			
<i>Receitas de Capital</i>			
Venda Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00
TRF de Capital	360.195,57	0,00	360.195,57
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
<u>Total Receitas Capital</u>	360.195,57	0,00	360.195,57
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisições de Bens de Capital	541.112,59	0,00	541.112,59
TRF Capital	121.064,50	0,00	121.064,50
Passivos Financeiros	442.217,46	0,00	442.217,46
Outros	40.466,00	-3.000,00	37.466,00
<u>Total Despesas Capital</u>	1.144.860,55	-3.000,00	1.141.860,55
<u>Fluxo de Operações de Capital</u>	-784.664,98	-3.000,00	-781.664,98
<u>Operações Correntes</u>			
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos	780.598,16	0,00	780.598,16
Taxas, Multas e Out. Penalidades	596.759,62	0,00	596.759,62
Rendimentos de Propriedade	11.281,19	0,00	11.281,19
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	816.886,92	0,00	816.886,92
TRF Correntes	3.701.725,31	0,00	3.701.725,31
Empréstimos C/P	0,00	0,00	0,00
Outros	80.907,28	-3.000,00	77.907,28
<u>Total Receitas Correntes</u>	5.988.158,48	-3.000,00	5.985.158,48
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas c/ Pessoal	2.677.138,91	0,00	2.677.138,91
Aquisição de Bens e Serviços	2.273.491,38	0,00	2.273.491,38
Custo Mat. Cons. Merc. Venda	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	47.681,77	0,00	47.681,77
TRF Correntes e Subsídios atribuídos	107.779,57	0,00	107.779,57
Outros	388.128,53	0,00	388.128,53
<u>Total Despesas Correntes</u>	5.494.220,16	0,00	5.494.220,16
<u>Fluxo de Operações Correntes</u>	493.938,32	0,00	493.938,32
<u>Operações de Tesouraria</u>			
<i>Recebimentos</i>			
Pagamentos	505.969,85	0,00	505.969,85
<i>Fluxo de Operações Tesouraria</i>	498.914,49	0,00	498.914,49
<u>Fluxo de Operações Tesouraria</u>	7.055,36	0,00	7.055,36
<u>Saldo Final</u>	777.731,48	0,00	777.731,48
Execução Orçamental	688.852,89	0,00	688.852,89
Operações de Tesouraria	88.878,59	0,00	88.878,59
<u>Fluxo total do Período</u>	-283.671,30	0,00	-283.671,30



6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

6.1. O montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, para que seja possível analisar a situação financeira do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, incluindo, as entidades que adotem o POCAL, sendo esta informação discriminada, por agrupamento da despesa e dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 (zero) relativas aos compromissos de exercícios futuros

Não existem.

6.2. Descrição das responsabilidades das entidades públicas incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante

Não existem.

7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

7.1. Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações de financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões

O mapa dos critérios valorimétricos utilizados pelo Município de Vila Nova da Barquinha e o CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, encontram-se vertidos no quadro seguinte.

Rubricas	Critérios valorimétricos utilizados pela CMVNB	Critérios valorimétricos utilizados pelo CDN
<i>Imobilizado Incorpóreo</i>	O imobilizado incorpóreo adquirido no exercício de 2017 foi valorizado ao custo de aquisição.	O imobilizado incorpóreo adquirido no exercício de 2017 foi valorizado ao custo de aquisição.
<i>Imobilizado corpóreo / Bens de Domínio Público</i>	O imobilizado corpóreo adquirido no exercício de 2017 foi valorizado ao custo de aquisição, ou no caso das grandes reparações e beneficiações pelo seu custo real.	O imobilizado corpóreo adquirido no exercício de 2017 foi valorizado ao custo de aquisição, ou no caso das grandes reparações e beneficiações pelo seu custo real.

Rubricas	Critérios valorimétricos utilizados pela CMVNB	Critérios valorimétricos utilizados pelo CDN
<i>Investimentos Financeiros</i>	As participações financeiras na empresa CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial. As restantes participações estão valorizadas ao custo histórico.	
<i>Imobilizado em curso</i>	O imobilizado corpóreo, o imobilizado incorpóreo e os bens de domínio público em curso constantes do balanço de 2017 foram valorizados ao custo de aquisição e são transferidas para imobilizado no momento da sua receção provisória.	
<i>Existências</i>	As existências adquiridas no exercício de 2017 foram valorizadas ao custo de aquisição. As saídas de armazém foram valorizadas ao custo médio ponderado.	As existências adquiridas no exercício de 2017 foram valorizadas ao custo de aquisição. As saídas de armazém foram valorizadas ao custo médio ponderado.
<i>Dividas de e a terceiros</i>	As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.	
<i>Disponibilidades</i>	As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.	
<i>Amortizações</i>	As amortizações dos bens móveis, das viaturas e dos bens imóveis seguiram o método das quotas constantes	As amortizações dos bens móveis, das viaturas e dos bens imóveis seguiram o método das quotas constantes
<i>Provisões</i>	Depois de analisada a antiguidade de saldos existente nas contas de terceiros (Conta 21-Clientes, contribuintes e utentes) com referência à data de 31/12/2017, foram efetuados os necessários ajustes às provisões para cobrança duvidosa, nos termos do ponto 2.7.1 do POICAL, para as entidades abrangidas por este plano de contas.	
<i>Custos e proveitos</i>	Foi seguido o princípio da especialização de exercícios, isto é, os custos e proveitos foram reconhecidos no exercício em análise, independentemente do seu pagamento ou recebimento.	

7.2. Cotações que tenham sido utilizados para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas

Não existem.

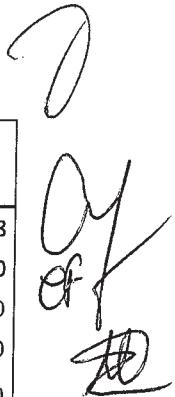
8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

8.1. Comentário às Rubricas de Imobilizações Incorpóreas, nomeadamente as Despesas de Investigação e Desenvolvimento”

Não existem.

8.2. Movimentos ocorridos nas Rubricas do Ativo Imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas Amortizações, Ajustamentos e Provisões

Código de Contas	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Imobilizado							
Bens de domínio público							
451	Terrenos e recursos naturais	188.204,37	0,00	0,00	0,00	0,00	188.204,37
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	12.223.232,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.223.232,60
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	182.079,05	0,00	0,00	0,00	0,00	182.079,05
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		12.565.899,73	0,00	0,00	0,00	0,00	12.593.516,02
Imobilizações incorpóreas							
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	7.457.753,10	0,00	0,00	0,00	0,00	7.457.753,10
422	Edifícios e outras construções	21.142.080,16	-40.283,32	217.370,38	0,00	-141.195,97	21.177.971,25
423	Equipamento básico	1.057.801,17	-88.809,48	115.139,45	0,00	0,00	1.084.131,14
424	Equipamento de transporte	755.332,78	-11.965,70	25.423,48	0,00	0,00	768.790,56
425	Ferramentas e utensílios	30.674,15	-3.229,34	14.044,24	0,00	0,00	41.489,05
426	Equipamento administrativo	513.725,82	-3.727,51	7.188,20	0,00	0,00	517.186,51
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	46.001,51	-28.407,58	28.407,58	0,00	0,00	46.001,51
442	Imobilizações em curso	1.534.456,80	-3.372,87	162.330,41	0,00	141.195,97	1.834.610,31
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		32.537.825,49	-179.795,80	569.903,74	0,00	0,00	32.927.933,43
Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	1.535,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.535,00
412	Obrigações e títulos de participação	263.029,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263.029,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		264.564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.564,00



Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	10.138.941,93	1.634.432,57	541.596,22	11.231.778,28
48.1	De investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2	Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.1	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.2	Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2	De imobilizações corpóreas	5.439.345,43	1.053.279,14	541.596,22	5.951.028,35
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.2.1	Edifícios	1.646.319,69	312.433,05	0,00	1.958.752,74
48.2.2.2	Outras construções	1.830.773,34	18.985,89	0,00	1.849.759,23
48.2.3	Equipamento básico	825.198,26	101.995,19	-1.403,78	928.597,23
48.2.4	Equipamento de transporte	609.950,85	39.805,60	0,00	649.756,45
48.2.5	Ferramentas e utensílios	25.798,33	2.604,82	0,00	28.403,15
48.2.6	Equipamento administrativo	471.818,20	32.777,55	0,00	504.595,75
48.2.7	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	29.486,76	544.677,04	543.000,00	31.163,80
48.3	De imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.1	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5	De bens de domínio público	4.699.596,50	581.153,43	0,00	5.280.749,93
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.2	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	4.699.596,50	581.153,43	0,00	5.280.749,93
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.9	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00

8.3. Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período
 Não existem.

8.4. Montante dos ajustamentos de valor dos Ativos compreendidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justifiquem
 Não existem.

*D
C
ef
ZB*

8.5. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimetria adotados e os respectivos preços de mercado

Não existem.

8.6. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo de mercado

Não existem.

8.7. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor

Não existem.

8.8. Montante Total das Dívidas a Terceiros apresentadas no Balanço Consolidado cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

Não existem.

8.9. Diferença, quando levada ao Ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável

Não existem.

8.10. Repartição do Valor Líquido das Vendas e das Prestações de Serviços, por categoria de Atividades

O mapa de repartição do valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços, encontra-se no quadro infra.

Código/Designação de Contas	CMVNB	CDN	Total	Debito	Credito	Grupo Publico Consolidado
1	2	3	4=2+3	5	6	7=4+5-6
Venda de Bens e Mercadorias	326.534,17	0,00	326.534,17	0,00	0,00	326.534,17
Livros e documentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Água	326.534,17	0,00	326.534,17	0,00	0,00	326.534,17
Prestação de Serviços	452.557,51	37.041,00	489.598,51	0,00	0,00	489.598,51
Alimentação	48.749,14	0,00	48.749,14	0,00	0,00	48.749,14
Prolongamento de horário	11.552,06	0,00	11.552,06	0,00	0,00	11.552,06
Serviços desportivos	169.216,57	0,00	169.216,57	0,00	0,00	169.216,57
Construção/Alteração ramal água	3.523,57	0,00	3.523,57	0,00	0,00	3.523,57
Construção/Alteração ramal esgotos	186,48	0,00	186,48	0,00	0,00	186,48
Limpeza de fossa	439,88	0,00	439,88	0,00	0,00	439,88
Cemitérios	2.174,79	0,00	2.174,79	0,00	0,00	2.174,79
Outros	11.359,27	37.041,00	48.400,27	0,00	0,00	48.400,27
Edifícios	4.429,48	0,00	4.429,48	0,00	0,00	4.429,48
Concessões explorações	200.926,27	0,00	200.926,27	0,00	0,00	200.926,27
Total	779.091,68	37.041,00	816.132,68	0,00	0,00	816.132,68

8.11. Efeitos na determinação do Resultado Consolidado do Exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos no POCAL e de amortizações e provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influencia materialmente relevante nos impostos futuros das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Não existem.



Contas Consolidadas 2017

ZM
JF

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

1- CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE CONSOLIDANTE

Município de Vila Nova da Barquinha
Praça da República
2260-411 Vila Nova da Barquinha

Composição do Órgão Executivo de 01/01/2017 a 14/10/2017

Presidente:

Fernando Manuel Santos Freire

Vereadores em regime de permanência:

Rui Constantino Martins

Ricardo Manuel Ramalhete Honorio

Restantes vereadores:

Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett

Luís Manuel Santos Valente

Composição do Órgão Deliberativo de 01/01/2017 a 14/10/2017

Presidente: Rui Monteiro Picciuchi

1º Secretário: João Manuel Alves Gralha

2º Secretário: Inocêncio Rodrigues Cruz

O órgão deliberativo é composto por 15 deputados e 4 presidentes de junta, num total de 19 membros.



MF
EP
JL

Contas Consolidadas 2017

Composição do Órgão Executivo de 15/10/2017 a 31/12/2017

Presidente:

Fernando Manuel Santos Freire

Vereadores em regime de permanência:

Rui Constantino Martins

Marina Lopes Honório

Restantes vereadores:

Manuel José Coimbra Mourato

Cláudia Virgínia Viegas Fernandes Evangelho Soares Ferreira

Composição do Órgão Deliberativo de 15/10/2017 a 31/12/2017

Presidente: António Augusto Ribeiro

1º Secretário: João Manuel Alves Gralha

2º Secretário: Maria Fatima Couteiro da Silva Martins

O órgão deliberativo é composto por 15 deputados e 4 presidentes de junta, num total de 19 membros.

Órgão de fiscalização:

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda. (SROC nº 116)

Sistema aplicável de contabilidade:

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Data de referência da prestação de contas:

31 de Dezembro de 2017



Contas Consolidadas 2017

Estado das contas individuais do exercício:

Aprovação na reunião de 23 de Abril de 2018

Tipo de entidade:

Município

Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:

	2017
Dirigente intermédio de 2º grau	1
Técnico Superior	11
Assistente técnico	33
Assistente operacional	103
Informático	2
Outros	3
Total	153

2 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE INCLUÍDA NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M., SA

Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, lote B, Atalaia

NIF: 508190460

Composição dos Órgãos Sociais a 31/12/2017

1. Assembleia Geral

Presidente: Luís Lopes

1º Secretário: Óscar Baptista

2º Secretário: Marina Honório



Contas Consolidadas 2017

[Handwritten signatures]

2. Conselho de Administração

Presidente: Fernando Santos Freire

Vogal: Rui Constantino Martins

Vogal: Manuel Lourenço da Silva

3. Fiscal Único

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Representada pelo Dr. José Mendes

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de entidade: Sector Empresarial Local – SEL

Data de referência da prestação de contas: 31 de Dezembro de 2017

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas em 23/02/2018

Capital / participação detida: 94,32%

Método de consolidação aplicado: método integral.

Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias: Não existem.

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação:

A empresa CDN foi incluída na consolidação de contas por força do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

YOF
OF
SO

Município de Vila Nova da Barquinha

Código das Contas POCAL	ATIVO	BALANÇO		Ano 2017		Ano 2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Imobilizado						
	Bens de domínio público						
451	Terrenos e recursos naturais	188.204,37	0,51%	188.204,37	0,50%		
452	Edifícios	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
453	Outras construções e infra-estruturas	12.223.232,60	33,09%	12.223.232,60	32,40%		
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
445	Imobilizações em curso	182.079,05	0,49%	182.079,05	0,48%		
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
485	Reintegração acumulada de bens do domínio público	-5.280.749,93	-14,30%	-4.699.596,50	-12,46%		
		7.312.766,09	19,80%	7.893.919,52	20,93%		
	Imobilizações incorpóreas						
431	Despesas de instalação	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
483	Reintegração acumulada de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
		0,00	0,00%	0,00	0,00%		
	Imobilizações Corpóreas						
421	Terrenos e recursos naturais	7.457.753,10	20,19%	7.457.753,10	19,77%		
422	Edifícios e outras construções	21.177.971,25	57,33%	21.142.080,16	56,05%		
423	Equipamento básico	1.084.131,14	2,93%	1.057.801,17	2,80%		
424	Equipamento de transporte	768.790,56	2,08%	755.332,78	2,00%		
425	Ferramentas e utensílios	41.489,05	0,11%	30.674,15	0,08%		
426	Equipamento administrativo	517.186,51	1,40%	513.725,82	1,36%		
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
429	Outras imobilizações corpóreas	46.001,51	0,12%	46.001,51	0,12%		
442	Imobilizações em curso	1.834.610,31	4,97%	1.534.456,80	4,07%		
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
482	Reintegração acumulada de imobilizações corpóreas	-5.951.028,35	-16,11%	-5.439.345,43	-14,42%		
		26.976.905,08	73,03%	27.098.480,06	71,84%		
	Investimentos Financeiros						
411	Partes de capital	1.535,00	0,00%	1.535,00	0,00%		
412	Obrigações e títulos de participação	263.029,00	0,71%	263.029,00	0,70%		
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
49	Ajustamentos de investimentos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
		264.564,00	0,72%	264.564,00	0,70%		

JW
of
JO

Município de Vila Nova da Barquinha

Código das Contas POCAL	ATIVO	BALANÇO		Ano 2017		Ano 2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Circulante						
	Existências						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	68.997,68	0,19%	59.887,56	0,16%		
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
33	Produto acabados e intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
32	Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
39	Ajustamentos de existências	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
		68.997,68	0,19%	59.887,56	0,16%		
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)						
	Dívidas de terceiros - Curto prazo						
28	Empréstimos concedidos		0,00%	0,00	0,00%		
211	Clientes, c/c	257.305,55	0,70%	143.118,55	0,38%		
212	Contribuintes, c/c	94.906,22	0,26%	52.626,04	0,14%		
213	Utentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	59.786,40	0,16%	43.149,51	0,11%		
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
24	Estado e outros entes públicos	50.078,18	0,14%	58.988,87	0,16%		
264	Administração autárquica	413,99	0,00%	413,99	0,00%		
262 + 263 +							
267 + 268	Outros devedores	52.203,48	0,14%	38.205,28	0,10%		
291	Provisões cobranças duvidosas	-91.722,53	-0,25%	-76.764,28	-0,20%		
		422.971,29	1,15%	259.737,96	0,69%		
	Titulos negociáveis						
151	Acções	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
159	Outros títulos	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
19	Ajustamentos de aplicações de tesouraria	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
		0,00	0,00%	0,00	0,00%		
	Depósitos em instituições financeiras e caixa						
12	Depósitos em instituições financeiras	774.044,94	2,10%	1.054.416,55	2,80%		
11	Caixa	3.686,54	0,01%	6.986,23	0,02%		
		777.731,48	2,11%	1.061.402,78	2,81%		
	Acréscimos e diferimentos						
271	Acréscimos de proveitos	1.111.074,25	3,01%	1.073.450,64	2,85%		
272	Custos diferidos	4.365,94	0,01%	9.026,48	0,02%		
		1.115.440,19	3,02%	1.082.477,12	2,87%		
	TOTAL DO ATIVO	36.939.375,81	100,00%	37.720.469,00	100,00%		

2017

Municipio de Vila Nova da Barquinha

Código das Contas POCAL	FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO	BALANÇO		Ano 2017		Ano 2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Fundos próprios						
51	Património	12.605.308,64	34,12%	12.598.530,68	33,40%		
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-14.769,72	-0,04%	-11.086,14	-0,03%		
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
	Reservas						
571	Reservas legais	206.025,48	0,56%	174.116,58	0,46%		
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
573	Reservas contratuais	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
574	Reservas livres	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
575	Subsídios	1.303.949,95	3,53%	1.303.949,95	3,46%		
576	Doações	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
59	Resultado transitados	7.123.827,19	19,29%	7.016.347,23	18,60%		
88	Resultado líquido do exercício	-184.976,10	-0,50%	141.860,60	0,38%		
266	Obrigacionistas	5.355,52	0,01%	3.583,43	0,01%		
817	Interesses minoritários	-41,21	0,00%	-4,68	0,00%		
		21.044.679,75	56,97%	21.227.297,65	56,28%		
	Passivo						
292	Provisões para riscos e encargos	347.926,00	0,94%	346.435,69	0,92%		
		347.926,00	0,94%	346.435,69	0,92%		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)						
2312	Dívidas a instituições de crédito	3.031.987,58	8,21%	3.474.205,04	9,21%		
		3.031.987,58	8,21%	3.474.205,04	9,21%		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo						
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
221	Fornecedores, c/c	24.821,05	0,07%	16.801,69	0,04%		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	219.389,84	0,59%	143.171,77	0,38%		
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
217	Clientes e utentes c/ cauções	10.681,39	0,03%	10.681,39	0,03%		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	112.338,62	0,30%	64.273,69	0,17%		
24	Estado e outros entes públicos	103.997,42	0,28%	100.723,53	0,27%		
264	Administração autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	219.648,43	0,59%	266.389,00	0,71%		
		690.876,75	1,87%	602.041,07	1,60%		

J

Município de Vila Nova da Barquinha

Código das Contas POCAL	FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO	BALANÇO		Ano 2017		Ano 2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
273	Acréscimos e diferimentos	430.288,28	1,16%	495.327,86	1,31%		
274	Acréscimos de custos	11.393.617,45	30,84%	11.575.161,69	30,69%		
	Proveitos diferidos	11.823.905,73	32,01%	12.070.489,55	32,00%		
	Total dos fundos próprios e do passivo	36.939.375,81	100,00%	37.720.469,00	100,00%		

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

(Assinatura)

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de


*Larion
Eferecion
Marina Alves Fonseca*

7/07/2018

Município de Vila Nova da Barquinha

Ativo Bruto

Código de Contas	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Imobilizado							
Bens de domínio público							
451	Terrenos e recursos naturais	188.204,37	0,00	0,00	0,00	0,00	188.204,37
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	12.223.232,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.223.232,60
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	182.079,05	0,00	0,00	0,00	0,00	182.079,05
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		12.565.899,73	0,00	0,00	0,00	0,00	12.593.516,02
Imobilizações incorpóreas							
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	7.457.753,10	0,00	0,00	0,00	0,00	7.457.753,10
422	Edifícios e outras construções	21.142.080,16	-40.283,32	217.370,38	0,00	-141.195,97	21.177.971,25
423	Equipamento básico	1.057.801,17	-88.809,48	115.139,45	0,00	0,00	1.084.131,14
424	Equipamento de transporte	755.332,78	-11.965,70	25.423,48	0,00	0,00	768.790,56
425	Ferramentas e utensílios	30.674,15	-3.229,34	14.044,24	0,00	0,00	41.489,05
426	Equipamento administrativo	513.725,82	-3.727,51	7.188,20	0,00	0,00	517.186,51
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	46.001,51	-28.407,58	28.407,58	0,00	0,00	46.001,51
442	Imobilizações em curso	1.534.456,80	-3.372,87	162.330,41	0,00	141.195,97	1.834.610,31
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		32.537.825,49	-179.795,80	569.903,74	0,00	0,00	32.927.933,43
Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	1.535,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.535,00
412	Obrigações e títulos de participação	263.029,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263.029,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		264.564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.564,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

*Luzia Ferreira
Luzia Ferreira
Manoel Dourado*

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Municipio de Vila Nova da Barquinha

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	10.138.941,93	1.634.432,57	541.596,22	11.231.778,28
48.1	De investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2	Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.1	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.2	Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2	De imobilizações corpóreas	5.439.345,43	1.053.279,14	541.596,22	5.951.028,35
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.2.1	Edifícios	1.646.319,69	312.433,05	0,00	1.958.752,74
48.2.2.2	Outras construções	1.830.773,34	18.985,89	0,00	1.849.759,23
48.2.3	Equipamento básico	825.198,26	101.995,19	-1.403,78	928.597,23
48.2.4	Equipamento de transporte	609.950,85	39.805,60	0,00	649.756,45
48.2.5	Ferramentas e utensílios	25.798,33	2.604,82	0,00	28.403,15
48.2.6	Equipamento administrativo	471.818,20	32.777,55	0,00	504.595,75
48.2.7	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	29.486,76	544.677,04	543.000,00	31.163,80
48.3	De imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.1	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5	De bens de domínio público	4.699.596,50	581.153,43	0,00	5.280.749,93
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.2	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	4.699.596,50	581.153,43	0,00	5.280.749,93
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.9	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

L.Cy K
efereciais
mauro Henrique

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Município de Vila Nova da Barquinha

Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL	Descrição	Ano 2017		Ano 2016	
		Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0,00		1.369,96	0,02%
616	Matérias	57.893,09	0,84%	0,00	0,02%
62	Fornecimentos e serviços externos	2.460.134,90	35,77%	2.296.653,68	32,51%
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	2.092.493,26	30,43%	2.157.948,69	30,55%
643 a 648	Encargos sociais	624.089,25	9,07%	581.463,07	8,23%
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	400.589,57	5,82%	354.343,47	5,02%
66	Amortizações do exercício	1.091.432,57	15,87%	1.086.505,55	15,38%
67	Provisões do exercício	16.988,56	0,25%	169.225,42	2,40%
65	Outros custos e perdas operacionais	45.700,50	0,66%	47.854,95	0,68%
	(A)				
68	Custos e perdas financeiras	6.789.321,70	98,72%		
	(C)	46.926,21	0,68%	74.918,98	1,06%
69	Custos e perdas extraordinárias	6.836.247,91	99,40%		
	(E)	225.872,73	3,28%	152.119,89	2,15%
	Resultados Antes de Impostos	7.062.120,64	102,69%		
86	Imposto S/ Rendimento	-184.827,48			
88	Resultado líquido do exercício	148,62		40,96	
		-184.976,10	-2,69%		
		6.877.293,16	100,00%		
				7.064.305,22	100,00%
Proveitos e Ganhos					
7111	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%
'112+7113	Vendas de produtos	326.534,17	4,75%	319.988,31	4,53%
712	Prestações de serviços	489.598,51	7,12%	486.235,40	806.223,71
72	Impostos e taxas	1.567.415,55	22,79%	1.571.146,29	6,88%
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.089.046,29	59,46%	4.277.202,73	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	5.656.461,84	5.848.349,02
	(B)				
78	Proveitos e ganhos financeiros	6.472.594,52	94,12%	20.718,05	21.717,18
	(D)	20.718,05	0,30%		
79	Proveitos e ganhos extraordinários	6.493.312,57	94,42%	383.980,59	388.015,31
	(F)	383.980,59	5,58%		
		6.877.293,16	100,00%		
				7.064.305,22	100,00%

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);

-316.727,18 40.792,06

Resultados financeiros: (D-B)-(C-A);

-26.208,16 -53.201,80

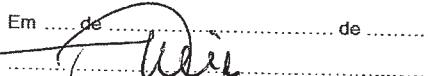
Resultados correntes: (D)-(C);

-342.935,34 -93.993,86

Resultado líquido do exercício: (F)-(E);

-184.976,10 141.860,60

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em de de


ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em de de


*N. G. T
C. FERREIRA
Mandado*

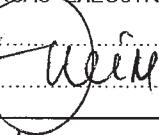
Municipio de Vila Nova da Barquinha

Demonstração de Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	62.854,68	60.853,80	791	Juros obtidos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	7.268,47	0,00	793	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	2.170,80	16.833,07	795	Diferenças de câmbio favoráveis	6.665,75	7.503,40
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	8.080,16
697	Correções relativas a exercícios anteriores	153.415,90	74.433,02	797	Correções relativas a exercícios anteriores	95.744,64	71.638,16
698	Outros custos e perdas extraordinárias	12,72	0,00	798	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	281.570,20	300.793,59
699	Restituições do Exercício	150,16	0,00				
	Resultados extraordinários	158.107,86	235.895,42				
		383.980,59	388.015,31			383.980,59	388.015,31

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de



ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de



*Manoel da Cunha
Efezeira*

Municipio de Vila Nova da Barquinha

Demonstração de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	46.918,81	56.393,96	781	Juros obtidos	0	0
682	Perdas em entidades participadas	0,00	18.525,02	782	Ganhos em entidades participadas	0	0
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	19.585,19	21.717,18
684	Provisões para aplicações financeiras	0	0	784	Rendimentos de participações de capital	1132,86	0
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	0	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
688	Outros custos e perdas financeiros	7,4	0	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
	Resultados Financeiros	-26.208,16	-53.201,80	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0	0
		20.718,05	21.717,18			20.718,05	21.717,18

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de



Mauricio Fonseca
e Fonseca

Município de Vila Nova da Barquinha

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Ano: 2017

Designação	Fluxos iniciais	Operações internas	Fluxos Consolid.
Saldo Inicial	1.061.402,78	0,00	1.061.402,78
Execução Orçamental	979.579,55	0,00	979.579,55
Operações de Tesouraria	81.823,23	0,00	81.823,23
Operações de Capital			
<i>Receitas de Capital</i>			
Venda Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00
TRF de Capital	360.195,57	0,00	360.195,57
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiro	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Total Receitas Capital	360.195,57	0,00	360.195,57
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisições de Bens de Capital	541.112,59	0,00	541.112,59
TRF Capital	121.064,50	0,00	121.064,50
Passivos Financeiros	442.217,46	0,00	442.217,46
Outros	40.466,00	-3.000,00	37.466,00
Total Despesas Capital	1.144.860,55	-3.000,00	1.141.860,55
Fluxo de Operações de Capital	-784.664,98	-3.000,00	-781.664,98
Operações Correntes			
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos	780.598,16	0,00	780.598,16
Taxas, Multas e Out. Penalidades	596.759,62	0,00	596.759,62
Rendimentos de Propriedade	11.281,19	0,00	11.281,19
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	816.886,92	0,00	816.886,92
TRF Correntes	3.701.725,31	0,00	3.701.725,31
Empréstimos C/P	0,00	0,00	0,00
Outros	80.907,28	-3.000,00	77.907,28
Total Receitas Correntes	5.988.158,48	-3.000,00	5.985.158,48
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas c/ Pessoal	2.677.138,91	0,00	2.677.138,91
Aquisição de Bens e Serviços	2.273.491,38	0,00	2.273.491,38
Custo Mat. Cons. Merc. Venda	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	47.681,77	0,00	47.681,77
TRF Correntes e Subsídios atribuídos	107.779,57	0,00	107.779,57
Outros	388.128,53	0,00	388.128,53
Total Despesas Correntes	5.494.220,16	0,00	5.494.220,16
Fluxo de Operações Correntes	493.938,32	0,00	493.938,32
Operações de Tesouraria			
Recebimentos	505.969,85	0,00	505.969,85
Pagamentos	498.914,49	0,00	498.914,49
Fluxo de Operações Tesouraria	7.055,36	0,00	7.055,36
Saldo Final	777.731,48	0,00	777.731,48
Execução Orçamental	688.852,89	0,00	688.852,89
Operações de Tesouraria	88.878,59	0,00	88.878,59
Fluxo total do Período	-283.671,30	0,00	-283.671,30

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Mapa de Emprestimos Consolidados

Ano: 2017

Entidade Bancária	Designação	Capital Utilizado	Capital em Dívida em 31/12/2017
Caixa Geral de Depósitos	Financiamento de investimentos diversos		
Banco BPI, SA	Aquisição de terrenos	748.196,85	74.593,05
Banco BPI, SA	Acessos ao castelo de Almourol	374.098,42	66.979,15
Banco BPI, SA	Reabilitação de aruamentos zona antiga moita norte	122.544,54	37.444,11
Banco BPI, SA	Transformação em arruamento da em 540	250.000,00	63.185,00
Caixa Geral de Depósitos	Piscina exterior de 25 metros	264.663,26	80.869,25
Caixa Geral de Depósitos	Requalificação EN 358-1 praia ribatejo	491.163,00	168.140,84
Banco BPI, SA	Rampas e Cais da Frente Marginal	350.000,00	114.547,44
Banco BPI, SA	Centro Náutico Vila Nova Barquinha	105.000,00	31.922,44
Caixa Geral de Depósitos	Edifício paços do concelho - serviços camarários	205.000,00	68.274,41
Banco Espírito Santo, SA	Parque Urbano de Vila Nova da Barquinha - 2ª Fase	200.000,00	25.900,98
Banco Comercial Português, SA	Financiamento de diversos projetos	450.000,00	77.789,44
Banco BPI, SA	Aquisição de Terrenos	125.000,00	141.346,61
Caixa Geral de Depósitos	Reabilitação de estradas e arruamentos do concelho	400.000,00	49.192,80
Banco BPI, SA	Centro escolar de vila nova da barquinha	897.249,00	196.385,98
Banco BPI, SA	Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha	402.751,00	655.304,04
Banco BPI, SA	Pré-Primária de Moita do Norte	85.000,00	294.157,12
Banco BPI, SA	Arrelvamento do campo de futebol de atalaia	175.000,00	61.088,03
Banco BPI, SA	Reabilitação da Ex Estrada EN3	103.722,86	104.065,00
Instituto Habitacão e Reabilitação Urbana	Aquisição de 7 habitações - frações autónomas n, o, p, q, r, s, u	250.000,00	168.981,86
CMVNB	PAEL	731.491,04	76.855,57
CDN	Total	6.931.222,11	3.031.987,58
		0,00	0,00
		6.931.222,11	3.031.987,58

D W F

Anexo 1 - Mapa das participações da entidade

A - Participações em entidades societárias

Designação da Entidade	N.I.P.C	Sede Social	Proporção do Capital Detido			
			Capital	%	Valor nominal realizado	Motivos da Inclusão
Município de Vila Nova da Barquinha	5008999220	Praca da Republica 2260-11 Vila Nova da Barquinha				Entidade-mãe obrigada a consolidação de contas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha EM, SA	508190460	Praca da Republica 2260-11 Vila Nova da Barquinha	150.000,00	94,32%	141.480,00	Municípios que, detêm empresas do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

B - Participações em entidades societárias

Entidade participada (da participada)	N.I.P.C	CAE	Contribuição		
			Em N	Meios monetários	Forma de Realização
(1)	(2)	(4)	(6)	(7)	(8)
ADIRN - Associacao Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte	502690267	91333		7.500,00	0,00
Agencia Regional de Energia e Ambiente do Medio Tejo e Pinhal Interior Sul	508993628	94995		1.280,00	0,00
AMEGA-Associacao Municipios para Estudos e Gestao de Agua	972987517	94995		171,63	0,00
Associacao Nacional Municipios Portugueses	501627413	91333		4.258,16	0,00
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo	502106506	84130		3.026,16	0,00
RESITEIO - Associacao Gestao e Tratamento Lixos Medio Tejo	973767588	38212		0,00	0,00
TAGUS-Associacao Desenvolvimento Integrado Ribatejo Interior	503265276	94995		300,00	0,00

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2017 do Município de Vila Nova da Barquinha declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:



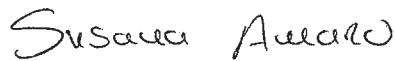
Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2017 do Município de Vila Nova da Barquinha declaro, sob compromisso de honra, enquanto responsável financeira pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

O responsável subscritor:



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Vila Nova da Barquinha, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 36 939 milhares de euros e um total de fundos próprios de 21 045 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 185 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidado que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Vila Nova da Barquinha em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 20 de Junho de 2018



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Vila Nova da Barquinha o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Vila Nova da Barquinha**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:

- A Assembleia Municipal aprecie e vote favoravelmente as contas consolidadas do Município

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 20 de Junho de 2018

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)